

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	5
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	6
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	7
2.5 Medições não contábeis	8
2.6 Eventos subsequentes as DFs	9
2.7 Destinação de resultados	10
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	13
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	14
2.10 Planos de negócios	15
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	16
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	17
5.2 Descrição dos controles internos	18
5.3 Programa de integridade	19
5.4 Alterações significativas	21
5.5 Outras informações relevantes	22

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O comentário a seguir deve ser lido em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que foi elaborado de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e com as práticas contábeis adotadas no Brasil ('BRGAAP'), incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Exercício 2022

A administração da Hercules entende ser capaz a cumprir as obrigações financeiras assumidas. Outrossim, adotou medidas relevantes a fim de sanar os pontos relacionados nas notas explicativas 11 (impostos e contribuições) e 12 (debêntures a pagar).

Impostos e Contribuições

Em 24 de fevereiro de 2023, firmamos um Acordo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ('PGFN'), tendo por objeto o parcelamento de um conjunto de débitos fiscais que, há cerca de 30 (trinta) anos, buscava-se equacionar.

O valor total atualizado dos débitos incluídos no Acordo é de R\$ 312,0 milhões. O Acordo contempla a concessão de descontos, o aproveitamento de créditos de prejuízo fiscal, a utilização da base negativa da contribuição social, bem como a desistência, por parte da Companhia, das discussões administrativas e judiciais relacionadas ao passivo fiscal, disso resultando o valor total e atualizado de R\$ 33,9 milhões. Este montante deverá ser liquidado em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais, acrescido da variação positiva da Selic.

Temos muito trabalho pela frente, os desafios estão longe de se esgotarem, mas estamos muito mais motivados e capacitados para seguirmos com esse trabalho e atingirmos os nossos objetivos.

Debêntures a pagar

Em 13 de dezembro de 2013, foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2ª emissão privada, simples, não conversível em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista, que foram subscritas integralmente pela Mundial S/A Produtos de Consumo, por meio de utilização de crédito da Mundial junto a Hercules, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente entre as companhias.

A Administração acompanha e revisa laudo de capacidade de pagamento das debêntures, através de laudos periódicos de capacidade de pagamento elaborados por consultoria externa independente a partir de projeções e estimativas, bem como por laudos de avaliação do valor da Marca Hercules, também revisados periodicamente. Nesse sentido, a consultoria independente avaliou que, em 31 de dezembro de 2022, o valor da Marca Hercules correspondia ao montante de R\$ 279.953.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b. estrutura de capital

A Companhia não mantém financiamentos ou empréstimos com instituições financeiras.

Não há expectativa de a Companhia propor o resgate de suas ações.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

A Companhia não mantém financiamentos ou empréstimos com instituições financeiras.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A Companhia não mantém financiamentos ou empréstimos com instituições financeiras.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes; ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii. Grau de subordinação entre as dívidas; iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

A Companhia não mantém financiamentos ou empréstimos com instituições financeiras.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não mantém financiamentos ou empréstimos com instituições financeiras.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa.

A seguir a Companhia demonstra as alterações significativa nas demonstrações do resultados dos exercícios de 2022, 2021 e 2020.

Análise demonstrações de resultados (2022-2021).

HERCULES S.A - Fábrica de Talheres								
Demonstrações de resultados								
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020								
(Em milhares de Reais)								
	2022	Analise Vertical 2021	2021	Analise Vertical 2021	2.020	Analise Vertical 2020	Analise horizontal 22/21	Analise horizontal 21/20
Receita operacional líquida	2.992	100,0%	2.617	100,0%	1.570	100,0%	14,3%	66,7%
Lucro bruto	2.992	100,0%	2.617	100,0%	1.570	100,0%	14,3%	66,7%
Despesas operacionais								
Gerais e administrativas	(254)	-8,5%	(296)	-11,3%	(1.636)	-104,2%	-14,2%	-81,9%
Outras receitas operacionais	-	0,0%	-	0,0%	(2)	-0,1%	NA	-100,0%
	(254)	-8,5%	(296)	-11,3%	(1.638)	-104,3%	-14,2%	-81,9%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	2.738	91,5%	2.321	88,7%	(68)	-4,3%	18,0%	-3513,2%
Resultado financeiro								
Outras receitas financeiras	449	15,0%	705	26,9%	374	23,8%	-36,3%	88,4%
Outras despesas financeiras	(8.748)	-292,4%	(2.583)	-98,7%	(401)	-25,5%	238,7%	544,1%
Resultado financeiro não recorrente	102.150	3414,1%	-	0,0%	(171.955)	-10952,5%	NA	-100,0%
	93.851	3136,7%	(1.878)	-71,8%	(171.982)	-10954,3%	-5096,4%	-98,9%
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	96.589	3228,2%	443	16,9%	(172.050)	-10958,6%	21721,6%	-100,3%
Imposto de renda e contribuição social	107.071	3578,6%	-	0,0%	1	0,1%	0,0%	-100,0%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	203.660	6806,8%	443	16,9%	(172.049)	-10958,5%	45911,2%	-100,3%

No ano de 2022, a receita líquida totalizou R\$ 3,0 milhões, 14,3% acima do apresentado no ano de 2021, que totalizou R\$ 2,6 milhões.

No que diz respeito a outras despesas financeiras, essas totalizaram o valor de R\$ 8,7 milhões em 2022, e R\$ 2,6 milhões em 2021, correspondem basicamente a atualização do passivo tributário e do parcelamento da Lei nº 13.988/2020 que a Companhia mantinha ativo.

Resultado financeiro não recorrente: no montante R\$ 102.150 milhões, corresponde ao acordo de Parcelamento Lei nº 13.988/2020 e Portaria nº 6.757/2022, firmado com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, para equacionar o passivo tributário total inscrito em dívida ativa, conforme fato relevante divulgado em 24 de fevereiro de 2023 reconhecido nas demonstrações financeiras de 2022.

Os valores registrados nesta rubrica correspondem a reversão do parcelamento, reconciliação dos débitos com a PGFN, adesão a Transação Individual com aplicação de descontos previstos na lei e utilização de créditos permitidos, detalhados na nota explicativa 11.

Imposto de renda e contribuição social: Diferido, o montante R\$ 107.071 milhões, corresponde ao imposto de renda e contribuição social ativa e indicado no parcelamento transação tributária, detalhados na nota explicativa 11.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado líquido

O resultado líquido encerrado em 2022, impactado por evento não recorrente alterou significativamente o resultado da Companhia.

Em 2022, com o reconhecimento dos efeitos do acordo firmado entre a Companhia e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional sobre o passivo tributário, a Hercules registrou lucro líquido de R\$ 203,7 milhões, já no ano de 2021, o lucro líquido foi de R\$ 443 mil.

Desconsiderando o evento não recorrente, em 2022, a Companhia atingiu em suas operações usuais um resultado negativo de R\$ 5,6 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

- a) **Resultados das operações do emissor, em especial: i. Descrição de quaisquer componentes da receita; ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

Exercício 2022

O cenário econômico e político de 2022 inicia com elevação nos indicadores de inflação, alta nas taxas de juros e fortes incertezas típicas de um ano eleitoral. Mas apesar do cenário de incertezas, a Companhia vem recuperando seu desempenho operacional. A receita líquida em 2022 totalizou R\$ 3,0 milhões, 14,3% acima do apresentado em 2021, que foi de R\$ 2,6 milhões. Já quando analisamos o crescimento dos últimos quatro anos (R\$ 1,1 milhões em 2019 para R\$ 3.0 milhões), fica claro que a marca Hercules está voltando a se consolidar no mercado brasileiro.

- b) **Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.**

A receita da Companhia é baseada em *royalties* de licenciamento da marca, fruto de venda de mercadorias importadas e homologados pela Companhia. Logo, a variação cambial influencia na competitividade dos produtos.

- c) **Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

A Companhia não possui empréstimos com instituições financeiras, logo a taxa de juros não impacta no resultado financeiro. Apesar disso, a alteração na taxa de câmbio impacta na receita da Companhia que é baseada *royalties* de licenciamento da marca, fruto de venda de mercadorias importadas e homologados pela Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

Exercício de 2022

Não houve mudança significativa nas práticas contábeis para o exercício de 2022.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Diretoria comunica que não houve opiniões modificadas e ressalvas e/ou ênfases presentes no parecer do auditor na divulgação do exercício de 2022.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento Operacional

Não ocorreram introduções ou alienações de segmento operacional na Companhia durante os exercícios de 2022, 2021 e 2020.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participações societária

Exercício 2022

Não ocorreram constituições, aquisições ou alienações de participação societária, durante os exercícios de 2022, 2021 e 2020.

c. Eventos ou operações não usuais.

Exercício 2022

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos negócios da Companhia durante os exercícios de 2022, 2021 e 2020.

2.5 Medições não contábeis

A companhia divulgou este relatório nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, o Ebitda como medições não contábeis.

a. informar o valor das medições não contábeis

O Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 527, de 4 de outubro de 2012. Esta medição consiste no lucro líquido do exercício antes do resultado financeiro, das despesas de depreciação e amortização, do imposto de renda e contribuição sociais correntes e diferidos. A margem Ebitda consiste em dividir o Ebitda pela receita líquida com vendas de mercadorias produtos e serviços. A medição do Ebitda ajustado se dá através do cálculo, partindo do Ebitda, excluindo, despesa com REFIS, conforme demonstrado nas tabelas abaixo.

Ebitda - Margem Ebitda	31/12/22	31/12/21	31/12/20
Receita operacional líquida	2.992	2.617	1.570
Ebitda	2.738	2.321	(68)
Margem Ebitda ajustado	91,5%	88,7%	-4,3%

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

O cálculo do Ebitda da Companhia é ajustado excluindo do cálculo eventos não recorrentes que venham a interferir em projeções futuras.

Demonstração do resultado	31/12/22	31/12/21	31/12/20
Receita operacional líquida	2.992	2.617	1.570
Despesas operacionais	(254)	(296)	(1.638)
Resultado operacionais antes do resultado financeiro	2.738	2.321	(68)
Resultado financeiro	(8.299)	(1.878)	(27)
Resultado financeiro não recorrente (reclassificado)	102.150	-	(171.955)
Imposto de renda e contribuição social	107.071	-	1
Lucro (prejuízo) do exercício	203.660	443	(172.049)
(+) Resultado financeiro	(93.851)	1.878	171.982
(+) Imposto de renda e contribuição social - diferido	(107.071)	-	(1)
Ebitda	2.738	2.321	(68)
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	-	-	22
Ebitda - ajustado	2.738	2.321	(68)

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia em razão de não considerar determinados custos inerentes ao negócio que podem afetar os resultados líquidos, tais como despesas financeiras, tributos e amortização. Mas ainda assim demonstra a capacidade de operacional Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Exercício de 2022

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas de repercussão geral 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. Analisamos as decisões individuais transitadas em julgado a nosso favor, e não identificamos nenhum caso em que tenha havido modificação de entendimento posterior, pelo Supremo Tribunal Federal, que possa afetar as demonstrações financeiras.

2.7 Destinação de resultados

A destinação dos resultados sociais: (i) Regras sobre retenção de lucros; (ii) Regras sobre distribuição de dividendos; (iii) Periodicidade das distribuições de dividendos; (iv) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. Todos os critérios ligados à destinação dos resultados e remuneração aos acionistas estão descritos no estatuto social.

Disponíveis nos sites www.cvm.gov.br, www.b3.com.br e <https://www.hercules.ind.br>.

a. regras sobre retenção de lucros

Conforme prevê o estatuto social, do resultado apurado, se houvesse destinação, seriam deduzidos, sucessivamente e na ordem a seguir indicada: a) os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para pagamento do imposto de renda; b) a participação estatutária da Diretoria, observados os limites e condições estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações; c) a participação das partes beneficiárias, na forma do Capítulo III destes Estatutos.

Feitas as deduções previstas no artigo anterior, os órgãos de administração da sociedade apresentarão à Assembleia Geral, proposta sobre a destinação do saldo, prevendo:

- a) a aplicação de 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital realizado;
- b) a formação de reservas para contingências e de lucros a realizar, quando for o caso;
- c) a retenção de lucros, observadas as disposições dos artigos 196, parágrafos 1º e 2º, e 198 da Lei das Sociedades por Ações.

A Administração da Companhia informa que no exercício encerrado em 2021 a Hercules apresentou um prejuízo acumulado de R\$ 577.387.679,08, já no exercício encerrado em 2022 apresentou um lucro de R\$ 203.659.749,54, entretanto, não haverá destinação de resultado, em função dos prejuízos acumulados no montante de R\$ 373.727.929,54.

A Administração da Companhia informa que nos exercícios encerrados em 2021 e 2020 não ocorreu destinação de resultado, em função dos prejuízos acumulados.

b. regras sobre distribuição de dividendos

A Administração da Companhia informa que nos exercícios encerrados em 2022, 2021 e 2020 não ocorreu distribuição de resultado, em função dos prejuízos gerados nos exercícios e prejuízos acumulados.

Entretanto, as regras sobre a distribuição de dividendos estão postas no Estatuto Social da seguinte forma:

A distribuição, à título de dividendos, é de 30% (trinta por cento), no mínimo, do saldo de que trata este artigo, diminuído dos valores previstos nas letras “a” e “b” e acrescido da reversão das reservas contempladas na letra “b” formadas em exercícios

2.7 Destinação de resultados

anteriores.

Conforme disposto no art. 42 do Estatuto social, a constituição das reservas, a retenção de lucros e a distribuição do dividendo de que tratam as letras “b”, “c” e “d” deste artigo, não podem prejudicar o direito das ações preferenciais ao recebimento do dividendo mínimo previsto no artigo 6º destes Estatutos.

Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos devem ser pagos no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data da Assembleia Geral que os aprovar, e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

O conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou de lucros apurados em balanço levantado no curso do exercício.

Como remuneração do capital, e observadas as disposições legais, que a Sociedade poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração de capital próprio. A critério do Conselho de Administração, com base nos lucros existentes e apurados em balanços regulares, estes juros poderão ser pagos mensal, trimestral, semestral ou anualmente. Por deliberação do Conselho de Administração ad referendum da Assembleia Geral, o valor dos juros poderá ser deduzido ou não do valor dos dividendos.

a. periodicidade das distribuições de dividendos

Anual. Entretanto, conforme o Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá, como remuneração do capital, e observadas as disposições legais, pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração de capital próprio. A critério do Conselho de administração, com base nos lucros existentes e apurados em balanços regulares, estes juros poderão ser pagos mensal, trimestral, semestral ou anualmente.

b. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a sua condição financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir parecer sobre a recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar justificativa para a suspensão à CVM, dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.

c. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

2.7 Destinação de resultados

A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. As regras utilizadas para destinação dos resultados estão discriminadas no estatuto social da Companhia.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iii. contratos de construção não terminada; iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há ativos e passivos relevantes que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas para os exercícios sociais findos em 2022, 2021 e 2020.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes que não tenham sido evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;**

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2022, 2021 e 2020.

- b. natureza e o propósito da operação;**

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2022, 2021 e 2020.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios de 2022, 2021 e 2020.

2.10 Planos de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A receita de vendas da Companhia corresponde ao licenciamento dos produtos da Food Service comercializados com a marca Hercules, voltados para culinária profissional e doméstica, tais como panelas, facas, talheres, baixelas e utensílios domésticos, os investimentos para desenvolvimento de produtos e marketing são realizados através da distribuidora autorizada.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia busca viabilizar, através das instituições financeiras parceiras, linhas de crédito através de *leasing*, consórcios ou empréstimos de capital de giro para financiar seus investimentos a medida que os mesmos sejam necessários através da sua distribuidora autorizada.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e

desinvestimentos revistos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não houve aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam ter influenciado materialmente a capacidade produtiva da companhia no último exercício.

c. novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Os investimentos para desenvolvimento de produtos e *marketing* são realizados através da distribuidora autorizada.

d. oportunidades inseridas no plano de negócio do emissor relacionadas a questão ASG.

Não aplicável.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores que tenham influenciados de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia que não tenham sido evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso positivo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

Uma política de gerenciamento de riscos vem sendo estudada e elaborada para futura apreciação e implementação pelos membros da diretoria. Até que se tenha a Política formal de gerenciamento de riscos, os membros do Conselho de Administração juntamente com a diretoria, em reuniões mensais, acompanham e monitoram todos os riscos em que a Companhia está exposta. O objetivo da Companhia continua sendo manter o crescimento, sustentação e a perpetuidade dos negócios, com o firme propósito de aprimorar cada vez mais as práticas de governança corporativa.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

- i. os riscos para os quais se busca proteção
- ii. os instrumentos utilizados para proteção
- iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia não adotou uma política formal de gerenciamento de riscos, mesmo assim, a administração busca acompanhar e monitorar todo e qualquer tipo de risco que possa, de alguma forma, obstaculizar os objetivos traçados pelos administradores no atingimento de seus objetivos.

- c. adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

A Companhia entende que a sua estrutura operacional de controles internos está adequada e dentro dos parâmetros elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, mesmo que causadas por fraude ou erro.

5.2 Descrição dos controles internos

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A administração avaliou a eficiência e eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das Demonstrações Financeiras Individuais e concluiu que os controles internos da Companhia são eficazes na mitigação dos riscos relevantes e processos de preparação.

A Companhia acredita que todos os procedimentos internos adotados são suficientes para garantir qualidade, confiabilidade e eficiência satisfatórias para elaboração adequada das demonstrações financeiras.

b. As estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional envolvida no processo corresponde as áreas administrativas, tais como a Contabilidade, Controladoria, Auditoria Externa, Compliance e Auditoria interna.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

A administração, a partir da revisão feita no sistema de controle interno e dos procedimentos contábeis efetuados pelos auditores independentes, analisará as recomendações não relevantes apontadas, e, no decorrer do exercício atual, providenciará as devidas correções e adequações.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

A Administração da Companhia informa que recebeu o relatório dos auditores independentes referente ao exercício de 2022 e não há pontos significativos a serem reportados.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

A Administração da Companhia informa que referente ao exercício de 2022 não há pontos significativos a serem comentados.

5.3 Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

As áreas Contábil e de Controladoria são responsáveis pela prevenção e detecção de atos que possam afetar negativamente a Companhia perante os órgãos públicos, cabendo a ela zelar por:

- Registrar todas as transações financeiras, contábeis e fiscais, obedecendo sempre os princípios contábeis;
- Divulgar e registrar quaisquer transações e informações financeiras ocorridas na empresa, tais como: vendas, rentabilidade, resultados, novos produtos ou quaisquer assuntos que tenham ou possam vir a ter influência sobre os funcionários, a empresa e os valores mobiliários emitidos por esta;

5.3 Programa de integridade

- Cooperar plenamente com auditores internos e externos, informando-os sobre registros e controles solicitados, de forma clara, objetiva e transparente, sem quaisquer omissões ou manipulações.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

A Companhia não possui canal de denúncia externo. A direção da Companhia é a responsável a receber denúncias internas ou de terceiros.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não tem casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

A administração da Companhia acredita que os processos e procedimentos internos adotados podem prevenir e detectar qualquer desvio de práticas ilícitas, tendo em vista o acompanhamento e controle de todas as ações praticadas por seus colaboradores e parceiros envolvidos nos negócios, além de ter suas demonstrações contábeis auditadas por empresas renomadas de auditoria independente.

5.4 Alterações significativas

Em relação ao exercício social de 2022 não ocorreram alterações nos principais riscos em que a Companhia está exposta. Mantendo o que o que vinha sendo apresentado.

Mesmo com um cenário econômico repleto de incertezas, estamos empregando continuamente nossos maiores esforços para o sucesso da Companhia, visando a regularização das questões fiscais, bem como o crescimento da rentabilidade operacional.

A Companhia firmou Acordo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos da Lei nº 13.988/2020 e da Portaria PGFN nº 6.757/2022, tendo por objeto o parcelamento de um conjunto de débitos fiscais relacionados no Acordo. Este, contempla a concessão de descontos de até 65% nos juros, multas e honorários, e o aproveitamento de créditos de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, no limite de 70% do saldo remanescente após a incidência dos descontos. Ademais, exige a desistência, por parte da Companhia, das discussões administrativas e judiciais em que estiver envolvida, o cancelamento de parcelamentos existentes e as apresentações de garantias. Em relação ao saldo remanescente, o mesmo deverá ser liquidado em até 120 parcelas mensais, atualizados pela taxa SELIC dos respectivos meses.

Companhia também possui debêntures perpétuas a pagar para a empresa relacionada Mundial S.A. – Produtos de Consumo em garantia das debêntures foi dada a marca “Hercules”, para a qual a Companhia efetua periodicamente a mensuração do valor justo, tal marca base do faturamento da Hercules S.A.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de sua estrutura de capital, vem estudando opções para enfrentar os desafios e as obrigações assumidas conforme descrito acima, mas não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia.

Porém nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser material e adversamente afetados por quaisquer dos riscos descritos no item 4.1 ou em razão da ocorrência de qualquer outro fator não previstos por nós.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que a Companhia julgue informar nesta seção.